

## **Fórum Reforma do Estado e Competitividade**

**27 de Novembro de 2009**

### **RELATÓRIO**

A 27 de Novembro de 2009, a UCRE – Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, em parceria com o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, promoveu o “Fórum Reforma do Estado e Competitividade” com o objectivo de socializar e testar os produtos e medidas da Agenda da Reforma do Estado no que tange a Transformação Económica e Social do país.

A abrir o Fórum, o Dr. Carlos Santo, Secretário Executivo da UCRE, saudou os presentes e expôs, de forma sucinta, o objectivo do encontro.

“A Reforma do Estado está em constante processo de transformação e para o alcance dos objectivos estratégicos é preciso que haja uma forte aposta na modernização administrativa e uma maior competitividade dos operadores nacionais”, disse este responsável.

A criação da “Casa do Cidadão”, da “Empresa no Dia” e do “Pagamento Electrónico” foram apresentados, pelo mesmo, como exemplos de agentes facilitadores de vida dos cidadãos e das empresas.

A ideia principal é a socialização através de projectos novos, com novas funções de medidas de política no diálogo com a sociedade e os operadores.

Segundo o coordenador da UCRE, “os encontros pontuais constituem uma mais valia para a Reforma do Estado já que requer sugestões e recomendações”.

No final do seu discurso, o Dr. Carlos Santos agradeceu a presença e convidou-se, então, o Senhor Primeiro-ministro a fazer uso da palavra.

Este, após saudar os presentes, fez uma breve recapitulação da sua governação.

Frisou que desde a primeira candidatura decidiu criar um organismo para a reforma do estado; para reconstituir o estado; construir um estado para um país pequeno; um estado estratega, que promova a liberdade económica e os direitos e garantias dos cidadãos. Um Estado que promova iniciativas individuais e o sector privado ou seja, um forte investimento social.

De acordo com o Primeiro-ministro, o país carecia de uma Reforma para a modernização do Estado e de criar uma dinâmica de relacionamento entre o Organismo Central, os cidadãos e as empresas.

Afirmou que em Cabo Verde urge modernizar as infra-estruturas como água e saneamento, um pouco por todo o país. A estratégia é continuar a investir também nas telecomunicações, energias, portos e aeroportos e exemplificou o caso de Boavista e Santo Antão.

Investir no capital humano é também para, o Primeiro-ministro, de extrema importância. Desta forma, apoia a criação de novos estabelecimentos de ensino, básicos, secundários e sobretudo superiores. “Escola é o espaço fundamental de investigação, de criação de ideias novas, competências e capacidades.”

Um outro pilar de competitividade, para o Chefe do Governo, é a densificação do tecido empresarial e neste sentido “o país já deu provas de desenvolvimento, uma vez que de 2002 a 2008 houve um crescimento na taxa de criação de empresas, de mais de 58%”.

Construir um ambiente favorável tem sido a maior exigência do Governo. Uma aposta que visa dinamizar o relacionamento entre o Estado e o cidadão.

Para que haja o tal ambiente favorável é necessário que haja regulação, leis de base e, sobretudo, competências humanas. O Primeiro-ministro partilha da mesma opinião que o Dr. Carlos Santos quando referiu à “Casa do Cidadão” como uma autêntica revolução. Acrescentou, ainda, que a “Casa do Cidadão” é um “espaço por excelência” sem esquecer da criação da “Empresa no Dia”, “Pagamento Electrónico e “Certidão On-line”. Esses, classificados como ganhos enormes e que contribuem para mudanças profundas.

Continuando, o Primeiro-ministro não deixou de falar das reformas no domínio do Registo Notariado que estão em discussão: Código da Reforma Predial e Código da Reforma do Notariado. Também referiu a profunda Reforma Fiscal em curso. O objectivo é reduzir a carga fiscal sobre as empresas e as famílias nessa época da crise. “Várias reformas para favorecerem o poder de compra das famílias e das empresas”.

Nesse âmbito, tem sido feita uma gestão macroeconómica muito sã: uma redução da dívida pública de 2001 a 2008 e um controle rigoroso do défice financeiro.

A taxa de endividamento interno é de 20% e cresce desde 2002, 58% abaixo do estabelecido no acordo com FMI – Fundo Monetário Internacional. O Chefe de executivo garante que as empresas e as famílias têm, hoje, acesso a recursos mais baratos no sistema financeiro, uma vez que tem havido uma redução nas taxas de juros de 11,12,13,14% para 5%. Para o Primeiro-ministro, “é exigível o crescimento do poder de compra das famílias para que haja um crescimento e desenvolvimento do Estado”. Isso levou o Governo a tomar medidas consistentes para garantir, também, uma nova dinâmica

entre o Governo, os cidadãos e as empresas. Estes são motores do crescimento económico e aos cidadãos são garantidas liberdades para intervir na tomada de decisões.

Em Cabo Verde, a economia está a crescer continuamente de 2001 a 2008. Entre 2006, 2007 e 2008 houve um crescimento em média superior a 7%. Nessa época de crise, Cabo Verde teve fundamentos sólidos: a inflação está sob controlo e os investimentos privados e internacionais em expansão. Esses são resultados de um ambiente favorável.

No campo fiscal, houve uma redução de impostos de 35% em 2001 para 25% em 2009. Os pequenos operadores gozam de uma redução de 25 a 15%.

O Primeiro-Ministro deixou o convite aos empresários para visitarem o NOSI e avaliarem o grau de inovação destes serviços que vão contribuir para modernizar a Administração Pública cabo-verdiana e não só.

O apelo surgiu em consequência da tal ideia de criação da nova dinâmica entre o Estado e as empresas e fazer a economia crescer em 5% no próximo ano.

De momento, afirmou o Primeiro-ministro, a taxa de crescimento é boa e superou já as taxas de crescimento Mundial. As empresas conseguiram, com a Reforma do Imposto de Selo, um ganho de cerca de um (1) milhão de contos. Isso fez parte da revogação das dívidas das empresas em momentos de crise e em especial empresas criadas por jovens. O Governo tem em vista criar um banco que actua, em exclusivo, para pequenas e médias empresas. Medidas que visem aumentarem a produtividade e o rendimento para as famílias.

As ilhas crioulas subiram 28 posições em termos de criação de empresas, 4% no pagamento de impostos e regrediu em relação ao crédito. O Governo conta com o forte engajamento das Câmaras Municipais e dos Sectores Privados, os quais deseja reforçar; criar espaço de liberdades individuais, desenvolver iniciativas privadas, criar empresas e condições onde todos possam dar os seus contributos para que Cabo Verde continue a ganhar.

O Chefe do Governo terminou o seu discurso com o reconhecimento de que encontros dessa natureza são fundamentais, já que põem sobre a mesa questões ligadas ao relacionamento entre sectores privados, cidadãos e Estado. Factores essenciais para o desenvolvimento global do país.

A Ministra da Reforma do Estado e Defesa Nacional, Dr.<sup>a</sup> Cristina Fontes Lima, ao fazer o uso da palavra, demonstrou sua satisfação pela adesão dos convidados ao encontro. Ela acredita que a parceria é a principal arma para atingir ganhos. “É através de diálogos que se melhora o ambiente de negócio”.

Apresentou a Agenda da Reforma do Estado: as suas linhas gerais; os indicadores do Doing Business e confirmou as palavras do Primeiro-Ministro quando disse que o país tem grandes estabilidades macroeconómica e política. Portanto, o que se pretende é o engajamento entre a administração central, as empresas e as autarquias.... “Não existe uma lógica de que a administração central consiga sozinha melhorar o ambiente de negócios”.

A implementação da agenda, apoiada pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde é, para a Ministra Cristina Fontes Lima, uma forte aposta na modernização administrativa, com o principal objectivo de melhorar profundamente o ambiente de negócios e garantir uma maior competitividade dos Operadores Nacionais.

A Ministra falou das inovações tecnológicas no sector comercial como o Registo Especial que permite fazer negócios em apenas 48 horas. Na apresentação das linhas gerais falou da contextualização; da necessidade de se ser competitivo para que se consolide e se crie meios para construção da riqueza e melhorar a vida das pessoas. Não deixou para trás a agenda de transformação: redução da pobreza está com uma nota positiva de 10 pontos.

A Ministra focou essencialmente a importância da boa Governação: rigor, transparência e “accountability”. Governação Electrónica também foi um ponto de referência e deve ser garantido, tal como network, para assegurar condições necessárias para a construção de um país.

Esclareceu que a Reforma do Estado não é Reforma Administrativa. Esta última está incluída na Reforma do Estado que é muito mais ampla. “A agenda da reforma do Estado tem 5 dimensões e 4 eixos fundamentais”, que foram também expostos.

A Dr.<sup>a</sup> Cristina Fontes Lima partilha da mesma opinião que o Primeiro-ministro relativamente ao esforço em garantir dias melhores para o país. Diz, também, que Cabo Verde está em constante transformação e que tem feito grandes esforços para melhorar os serviços, para além dos planos que tem elaborado para a formação. “Devemos promover mudanças de comportamento e isso só se consegue com estímulos, prémios mas também com castigos aos que fogem à regra.”

Antes de terminar, a Ministra deixou bem claro que o Gabinete da Reforma do Estado é uma articulação e não um Ministério e a sua função é, justamente, garantir que a agenda seja executada uma vez aprovada. Disse que é optimista e espera que no final do fórum haja conclusão de que se pode fazer mais para o melhoramento do ambiente de negócios.

A Ministra finalizou com uma breve recapitulação sobre o Modelo de Ciclo de Gestão; Governação Electrónica: Programa Mundo Novo; Porton di nos Ilha e Casa do Cidadão; Indicadores de Combate à Corrupção; Comunicação da Reforma que consiste no trabalho do site e Produtos Bandeiras da Reforma do Estado.

O Primeiro Painel - **“Ganhos conseguidos com a Modernização Administrativa”** - foi apresentado por volta das 11 horas e 10 minutos:

O Moderador Romeu Modesto fez uma síntese sobre a sua percepção da Administração Pública (AP). Esta, segundo ele, está em profundas mudanças provocadas pela potenciação do serviço tecnológico e atingindo várias dimensões, de entre elas a promoção da cidadania e a melhoria no ambiente de negócio.

Apelou à partilha de experiências, o que leva a construção de novos caminhos. De seguida passou a palavra ao primeiro conferencista do dia.

O Engenheiro **Guevera Cruz** representou o NOSI – Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, única entidade que suporta toda a rede electrónica em Cabo Verde. Falou da sua característica, certificação, cumplicidade, espírito de missão, agenda, entre outros pontos. Detalhou o papel que a empresa vem assumindo desde 1998 quando se decidiu dar um ponta pé de saída para a implementação do Sistema Integral.

“Chegar à Governação Electrónica Unificada e Integrada era a meta”, disse Guevara Cruz. Para isso, é fundamental valorizar o Sistema Integrado, uma garantia que só o NOSI pode dar e, acima de tudo, melhorar a cooperação entre o Estado e o cidadão. Uma combinação de informações alojadas que garantem um maior envolvimento.

Fez um rápido esclarecimento entre os conceitos “E-governance” e “Connected Governance” e logo de seguida explicou o impacto da integração e apresentou algumas estatísticas.

O Engº Guevera Cruz, na sua apresentação expôs vários tópicos como: a criação de empresas on-line; emissão de certidões on-line; formulário electrónico; sistema educativo secundário; sistema educativo superior e apresentação de contas de gerência SIM- Sistema de Gestão Municipal, que permite ter todos os relatórios em pouco tempo o que antigamente demorava 3 ou 4 meses. A Câmara Municipal de São Vicente é um modelo a seguir e teve um significativo aumento em relação às receitas.

“ O NOSI passou por vários ciclos de governação e está, agora, em estabilidade, o que é crucial para a empresa e todos os beneficiados dos seus serviços. Essa solidez deve-se a fortes investimentos nas infra-estruturas e Integração de Sistemas. Dentro da mesma temática foi apresentado o “Modelo de Integração da Administração Pública”: O Regime especial e os serviços disponibilizados e integrados.

O Interface do “Porton di nos Ilha” foi exposto assim como o ambiente integrado do ensino secundário. “Os pais podem acompanhar os filhos nas escolas, saber se faltaram aulas, saber das notas, dos próximos testes entre outros dados disponíveis no sistema. Todo o acompanhamento pode ser feito a partir de um computador. As escolas secundárias Jorge Barbosa em Mindelo e do Palmarejo na Praia já desfrutam desse novo sistema educativo. Algumas farmácias e delegacias de saúde já dispõem, também, do modelo de integração da Administração Pública de Cabo Verde. O caso da epidemia de Dengue que afectou o país nos últimos 2 meses serviu de exemplo prático.

Também foi mostrado que houve impactos concretos a nível do Registo Notariado: casamentos, óbitos e nascimentos. “A integração vai permitir

saber o nível de nascimento dos bebês, dos respectivos pais e chegar a dados estatísticos de análises do OMS.”

O Engenheiro Guevera Cruz concluiu a sua apresentação afirmando que é preciso uniformizar nomenclaturas e só assim é possível garantir uma integração entre os sectores.

A “Casa do Cidadão” foi apresentada pelo seu gestor, o Engº Nuías Silva, logo após a apresentação do Engenheiro Guevera Cruz.

Este responsável, começou por dizer que a Casa do cidadão é uma entidade de atendimento onde as empresas, os cidadãos, as associações e outras organizações podem encontrar serviços, ideias e promover a dinâmica entre Administrações Públicas, tendo como principais focos os cidadãos. Uma forma de reduzir o tempo e a burocracia. A casa do cidadão, neste caso, funciona como plataforma multicanal: presencial, através da voz, da Web ou internet.

Nuías Silva falou, também, das Estratégias de Expansão que se baseiam nos seguintes eixos: Cobertura, Abrangência Institucional e Alargamento do leque de produtos. A ideia concentra-se, cada vez mais, na melhoria da qualidade de atendimento e na proliferação.

Este responsável, apresentou, também, os produtos e serviços da “Casa do Cidadão” e está firme de que o ano 2010 será de muito incremento.

“O pagamento Electrónico proporciona a comodidade. Por exemplo, o pagamento de impostos a partir do escritório, as certidões on-line etc. Tudo à distância de um click. Nos finais de Dezembro, ou início de Janeiro, será aberta mais uma “Casa do Cidadão”, desta vez em São Vicente e também, vai ser inaugurada a primeira unidade móvel da “Casa do Cidadão” na Praia: O “Quiosque do Cidadão.”

O Dr. Jorge Pires, Director Geral do Registo Notariado e Identificação e terceiro orador do Fórum, fez uma breve apresentação sobre O Registo Predial.

Em primeiro lugar falou do Regime Especial. “O Governo, no sentido de melhorar o regime dos negócios forçados pelas circunstâncias do mercado, criou um sistema de “Linha Azul” para disposição e transacção de serviços de imóveis.

O serviço começou a funcionar, a título experimental, na ilha do Sal e engloba, por enquanto, duas empresas.

O objectivo é procurar melhor celeridade Notariais e Registais, certeza e segurança Jurídica, eficácia e transparência. “A celeridade e segurança jurídica têm que andar de mãos dadas”. Mas isso, exige um trabalho de equipa. Foram apresentados os âmbitos; os pressupostos; a Forma ou Registo; a Filosofia de Integração; Notariado; Ganhos; Registo Predial; Modalidades do Pedido de Registo; Serviços Disponíveis no Portal e terminou convidando a todos a apostar no Registo, que todos sairão a ganhar.

O Moderador passou, em seguida, a palavra ao Debatedor, Simão Monteiro para fazer uma introdução ao debate. Este agradeceu o convite e falou, em primeiro lugar, sobre o Regime Especial.

O Dr. Simão Monteiro não escondeu algumas preocupações no que se refere à abrangência do regime; hipotecas só sobre empreendimentos turísticos e o formato de estrutura pública. Mas, reconhece também que houve ganhos excelentes e lançou questões para o debate:

1. Todo esse sistema não seria possível se não tivesse apoio dos privados e dos bancos.

2. Que futuro para o regime especial? Continua excepção ou vai se tornar numa regra? Vai parar por aqui ou vai mais além?

O Moderador Romeu Modesto não deixou de comentar as pertinentes questões de Simão Monteiro: “Devemos nos preocupar com os novos desafios para o desenvolvimento dos serviços notariados, abranger todo o país, de forma a proporcionar a participação e desenvolvimento de todos os intervenientes”.

Depois dessa observação, deu-se por aberto o debate.

A primeira Interveniente foi a Dra. Marisa Morais, Ministra da Justiça, que falou do Projecto Regime Especial apresentado pelo Dr. Jorge Pires.

Disse que aceitou o desafio e está satisfeita com os ganhos, além disso, garante que terá em breve uma legislação e pretende estender o Regime Especial a todo o país para servir e, fundamentalmente, dar oportunidades às outras empresas.

A partir de 1 de Dezembro vai estar, pelo menos, na Praia, no Mindelo, em Porto Novo e também na ilha de Boavista.

A Representante da Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, na sua intervenção, mostrou a sua preocupação uma vez que possui um projecto de programas de banco de dados mas não têm mecanismos de fiscalização.

O Dr. José Filomeno da EDITUR, congratulou os avanços, felicitou o NOSI (o Governo) pelos largos passos, mas contestou o facto da Ministra Cristina Fontes Lima ter-se apoiado nos indicadores do Doing Business e sugeriu que seja corrigido. Também contestou o facto de não ouvir referências explícitas às grandes empresas, pois acredita que não são as pequenas e médias empresas a serem internacionalizadas mas sim, as

grandes. Deixa claro que são as grandes empresas que arrastam as pequenas e médias. José Filomeno disse ainda, na sua intervenção, que urge a criação da lei de dados.

A Dra. Roselma Évora, cuja intervenção seguiu-se à do Dr. José Filomeno, falou da sua dúvida em relação à Administração Pública: Como fazer transversalidade entre eficiência tecnológica e a eficiência dos Recursos Humanos?

Em seguida, o Eng<sup>o</sup> Paulo Noel contestou o Simão Monteiro quando este, em determinado momento, disse que a “Linha Azul” estende-se ao sector turístico. Lançou algumas questões pertinentes mas, não foi mais além. Segundo ele, a sua intervenção foi apenas um cheirinho daquilo que seria a sua apresentação no período da tarde e, como ele mesmo disse, “para tentar conquistar a audiência”.

A Eng<sup>a</sup> Loide Monteiro da Loide Engenharia, na sua intervenção, sugeriu que criassem um portal para os municípios. Um portal com vários estudos nacionais, ao qual as empresas podem ter acesso. O NOSI louva a ideia mas, deixa claro que isso vai depender dos municípios.

O Presidente da PROMITUR, o Dr. Olavo Correia mostrou-se satisfeito com o encontro e deixou uma nota de reconhecimento para o NOSI. Olavo Correia é da ideia de que é preciso uma solução nacional e não somente a nível do turismo mas, como disse o Eng<sup>o</sup> Paulo Noel, na sua curta intervenção, a ideia não pára pelo turismo, até porque, a princípio essa ideia não era para esse sector.

Uma maior sintonia entre o público e o privado é a exigência de Olavo Correia.

O Engº Jorge Lopes, por sua vez, sugeriu uma maior participação dos cidadãos e das empresas, enquanto o Engº Guevera Cruz apelou à colaboração de todos já que não é um trabalho único e exclusivo do NOSI. Isso, no que se refere à criação de banco de dados sugerido por vários participantes.

Ao fazer, de novo o uso da palavra, o Dr. Simão Monteiro por sua vez respondeu a algumas questões, inclusive, sobre a protecção dos dados, levantada pela engenheira Loide. É uma preocupação que leva tempo mas que é fundamental.

A Ministra da Reforma do Estado, na sua terceira intervenção, esclareceu alguns tópicos. Esta mostra, de forma clara, que é preciso mais comunicação para que haja avanços breves. Relativamente às questões colocadas pelo Engenheiro José Filomeno, a Ministra explicou que se referiu às pequenas e médias empresas porque constam da lista do Doing Business, mas que globalmente é para todas as empresas. Esclarece ainda o porquê do Regime Especial. “Foi uma solução rápida encontrada em momentos de Crise” e respondendo à questão do Doutor Simão Monteiro, “o Regime Especial vai passar a ser regra” ou seja, não vai continuar a ser excepção. Acrescentou ainda, que tem havido um impacto positivo na competitividade do país, empresa e cidadão, que é preciso fazer um upgrade no regime e alargar a nível nacional. Mais uma vez, enfatiza a parceria pública e privada. Um comprometimento das partes em trabalhar neste sentido.

[www.reformadoestado.gov.cv](http://www.reformadoestado.gov.cv) é o site que não pôde ser apresentado mas que já está online, desde Sábado dia 28 de Novembro, anunciou a Ministra. “Um verdadeiro instrumento para a cidadania e para a comunicação”.

O Período da tarde foi igualmente cheio. A discussão foi à volta do painel: **“Plano de Melhoria do Ambiente de Negócios – Doing Business”**

O Dr. Francisco Lima fez um enquadramento do tema onde expôs as Principais Reformas: Planeamento; Seguimento e Avaliação; Gestão Orçamental e Contabilidade Pública; Gestão de Tesouros (protecção do tesouro do Estado e ligação do tesouro ao banco de Cabo Verde); Património o Contratação Pública; Contribuição e Impostos; Administração Aduaneira; Sistema de Controlo e Contabilidade do Sector Privado.

Lima focou, também, num aspecto importante: “Ganhos da Reforma Financeira e Fiscal e apresentou dois exemplos: A Melhoria na Gestão das Finanças Públicas e Ganhos na Competitividade como: Novos Desafios.

Para terminar a sua apresentação fez a seguinte afirmação. “Continuam empenhados a dar o contributo para ver Cabo Verde a ganhar”.

O Dr. Luís Maximiano, na sua apresentação “Plano de Melhoria do Ambiente de Negócios para Doing Business 2010”, começou pela agenda, depois mostrou aonde está Cabo Verde. “No ranking de 183 países analisados, Cabo Verde ocupa a 146<sup>a</sup> posição. Melhorou uma posição em relação ao ano anterior.”

Fez uma comparação com alguns países de Rendimento Médio, alguns países da África e concluiu que Cabo Verde continua a ser dos últimos, pois falta-lhe a prática.

O Dr. Maximiano apresentou, ainda, os indicadores de classificação para 2010, analisou as áreas de intervenção, expôs um plano de

melhoria do ambiente de negócios para 2010, entidades coordenadoras, intervenientes e os prazos.

Péricles Silva foi mais um orador. Expôs o subtema “Obtenção de Crédito”, onde falou de instrumento de aferição; natureza relativa desta avaliação que altera-se de ano para ano; obtenção de crédito em Cabo Verde que subiu de 131 no ano passado para 150 este ano; a posição no ranking Doing Business (Índice de eficiência); segurança nas operações; processo de falência/dissolução de sociedades onde temos direitos de crédito gerais versus direitos de crédito especiais; direitos de propriedade e central privada, onde há recolha de partilha com instituições financeiras.

O Dr. Rui Levy, da Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde, como consultor daquela entidade, expôs as suas ideias com intenção de contribuir na melhoria do ambiente de negócios na perspectiva das pequenas e médias empresas.

Para ele o mais importante é o crédito e não esconde a sua preocupação em relação ao indicador de electricidade no site de Doing Business pois, pode vir a afectar os outros pontos importantes.

Falou do desempenho da ADEI; realçou a importância do papel da fiscalização e sugeriu que se pense, de forma especial, no subsídio de desemprego. Ele está seguro de que haverá melhoria no próximo ano. A Reforma é fundamental e relativamente a obtenção de crédito, segundo ele, parece que o Doing Business não nos beneficie muito e, por isso, sugeriu que se arranjasse um outro indicador. Diz que o pagamento de impostos deve melhorar e o IVA também. Este último, segundo ele, dificulta o indicador por isso, propõe IVA trimestral. Uma proposta que foi bem aceite pela plateia.

O último ponto, em discussão, desse painel e do Fórum foi desenvolvido pelo Engº Paulo Noel: “Networked Government”

Partilhou uma ideia, ainda embrião, da Governação em Rede onde focaliza um modelo. No fundo é uma convicção de algumas pessoas e a ambição é concretizar essa ideia já em 2010.

Segundo Noel, há um tempo atrás, não havia essas questões de back office, front office mas o esforço para a mudança conseguiu romper com as resistências. “A introdução das aplicações significou não enfrentar tantos esforços.” Isso ajuda a manter um ambiente harmonioso porque garante a integração.

A Casa do Cidadão, mais uma vez, aparece como exemplo. Modelo de um meio para atingir um determinado fim mas, de acordo com o Paulo Noel, ainda falta qualquer coisa.

Focou no cidadão e nas empresas e retoma a mesma questão de todos: “Tem que haver uma sintonia entre o público e o privado. Aquilo que chama de “Networked Government”.

Propôs um modelo para Cabo Verde e disse que faltam dois (2) componentes que são da responsabilidade do sector privado. Exemplificou o caso do turismo – Aplicação para operadores: Finanças e segurança social e importação.

Para este especialista, a exigência é a criação de uma **Plataforma Multicanal Nacional do Sector Privado**.

Amélia Figueiredo, a debatedora, tomou a palavra para fazer uma breve apreciação sobre os painéis que considera interessantes mas, ao mesmo tempo, preocupantes. A sua preocupação assenta, principalmente, na perda de pontos na obtenção de crédito e na falta de contacto entre o

sector público e a banca. É de opinião que Cabo Verde merecia ser desclassificado por reais problemas e não por rubricas sem relevância. Aconselha uma melhor capacidade de negociação perante o exterior. Entretanto, aplaudiu a apresentação do Luís Maximiano que foi muito clara. A apresentação também foi bem aceite entre a plateia, inclusive pelo Dr. Ludjero Correia das Alfândegas que, na sua intervenção, veio dizer que ficou tranquilo quando o orador apontou os países com os quais concorreremos. Amélia Figueiredo demonstrou o seu optimismo de que, para o ano, Cabo Verde terá outra classificação, pois está a ser bem trabalhado.

A Ministra da Justiça pediu a palavra para dizer que se mostrou bastante satisfeita com a apresentação do Paulo Noel e que é de opinião que as pessoas têm de se adaptar ao sistema. Para ela, a ideia que Paulo expôs é uma óptima oportunidade de mercado (oportunidade clara de Negócio) para os privados. Para terminar publicita um novo Código de Processo Civil para o futuro próximo.

A Ministra da Reforma do Estado deu algumas respostas, fez alguns apelos como: “é preciso ver a tendência e valorizar o que tem sido feito”. Fez, também, uma breve recapitulação daquilo que foi o encontro as exigências são: manter a estabilidade política e de desenvolvimento económico e social, boa governação, estimular a participação, melhorar os serviços prestados e condições de vida, estimular inovações e sobretudo a qualificação dos recursos humano.

No acto de encerramento a Ministra da Economia Crescimento e Copetitividade, Dr.<sup>a</sup> Fátima Fialho, fez o seu discurso final.

Para ela a competitividade é fundamental para o empreendedorismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento. “Os objectivos terão de ser vencidos mas, para isso, é preciso haver alterações profundas no comportamento e nas reformas estruturais. Essas alterações levam a

melhoria na produtividade mas, isso requer tempo e envolve vários factores.

As empresas devem ter iniciativas de forma a favorecer o dito choque estrutural.

Reconheceu, também, que necessitamos de uma administração mais qualificada e de um aumento de capacidade dos serviços públicos.

Deixou bem claro que é indispensável a requalificação dos Recursos Humanos. “Ao Estado compete desbravar caminho para grandes esforços e grandes apostas pois, segundo ela, é emergente a qualificação de empreendedores.

Reconheceu o trabalho que a ADEI e o IEFP vêm estimulando junto aos jovens com espíritos empreendedores mas, espera do Governo intervenções em diversos domínios para a criação de condições e cultura empresarial, estimuladas por um clima de investimentos. Mas, o contributo decisivo terá de vir das empresas cabo-verdianas que devem melhorar cada vez mais as suas produções. “A evolução tecnológica faz do conhecimento o principal factor produtivo por isso, o Governo vem investido na promoção técnica de informação. “Há também um grande esforço para encontrar saídas sustentáveis para meio rural”. A electrificação continua sendo o recurso essencial o que levou a aprovação, no dia 26 de Novembro, de um figurino para reestruturação da concessionária ELECTRA. A electricidade e o abastecimento de água serão duas (2) unidades autónomas.

A Ministra espera mais iniciativas das empresas e aconselha uma aposta no reforço das capacidades inovadoras. A frase de ordem seria “apoiar empresas inovadoras.”

Praia, aos 02 de Dezembro de 2009